



**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS
DE 8 DE JANEIRO DE 2023**

CPMI - 8 DE JANEIRO

**Requer que seja encaminhada
convocação ao senhor Anderson Gustavo
Torres, ex-Secretário de Segurança
Pública do Distrito Federal.**

REQUERIMENTO Nº DE 2023

Com fundamento no art. 58, da Constituição Federal combinado com o art. 2º, da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 151 do Regimento Interno do Congresso Nacional, requero a aprovação do presente requerimento, para que seja convocado o senhor Anderson Gustavo Torres, ex-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como seu objetivo investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de janeiro de 2023, nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília.

O senhor Anderson Gustavo Torres foi ministro da Justiça no governo anterior e, em seguida, ocupou o cargo de Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, de 1 de janeiro de 2023 a 8 de janeiro do mesmo ano, tendo sido exonerado no dia do evento em tela.

Após ter assumido o cargo citado no DF, viajou em viagem de férias para os EUA e não se encontrava em Brasília quando dos eventos do 8 de janeiro.



Como já sabemos, o ex-secretário de segurança pública do DF, senhor Anderson Torres, foi afastado do cargo que ocupava, bem como contra si teve expedida ordem de prisão e busca e apreensão. Nessa mesma toada, o governador do DF (Ibaneis Rocha), democraticamente eleito no primeiro turno, também foi afastado por 90 dias do exercício das suas funções em ambos os casos por decisão do Ministro Alexandre de Moraes, sendo que essas medidas foram tomadas de ofício sem que houvesse, sequer, a manifestação do Ministério Público Federal.

Além disso, ainda em decorrência dos atos hostis, o Executivo Federal decretou, até 31 de janeiro deste ano, intervenção federal na segurança pública de Brasília. O Presidente da República nomeou como interventor Ricardo Garcia Cappelli, secretário-executivo do Ministério da Justiça.

Nota-se, portanto que houve uma espécie de “caça às bruxas” em relação ao Governo do DF, excluindo-se, sem justificativa plausível, as responsabilidades daquelas autoridades do Executivo Federal que, a priori, falharam nas atribuições que lhes eram confiadas conforme restará configurado abaixo.

Dentre suas atribuições estava o planejamento, organização e o comando da Segurança Pública da Capital do país. Sendo assim, por ser o titular da Pasta na data dos fatos, poderá prestar esclarecimentos relevantes a esta Comissão.

Diante disso, considera-se que o depoimento do senhor Anderson Gustavo Torres, que ocupava o cargo de Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, permitirá a elucidação de diversos aspectos relacionados ao objeto de investigação da presente Comissão.

Sala das Comissões em 23 de maio 2023.

Senador Eduardo Girão